



Anais da Assembléia

N.76

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE AGOSTO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 62.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 1986
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Nelson Vasconcellos.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antonio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Líder da Bancada do PMDB nesta Casa, REQUER, seja procedida a se-

guinte modificação nos Membros do PMDB da Comissão de Constituição e Justiça.

Deputado ODENI MONGRUEL - de Titular para Suplente.

Deputado TRAJANO BASTOS - de Suplente para Titular.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo e do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Líder da Bancada do PMDB nesta Assembléia, REQUER, seja substituído na Comissão Especial de Reforma à Constituição, o Deputado TRAJANO BASTOS pelo Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, conforme facultado pelo Regimento Interno da Casa, ouvido Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e inclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Lei ns.:

292/84 - que declara de utilidade pública a SHALON SOCIEDADE BENEFICIENTE DO JARDIM GUARUJÁ, com sede e foro na cidade de Cascavel.

153/85 - que declara de utilidade pública o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS GAUDÉRIOS DO OESTE, com sede e foro na cidade de Cascavel.

227/85 - que declara de utilidade pública a SOCIEDADE PROCOPENSE DE ESTUDOS SOCIAIS E AÇÃO SOCIAL - SOPESAS, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

249/85 - que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE BAIRROS SOCIEDADE AMIGOS DA VILA SÃO JOSÉ, VILA DONA FINA E FERRARIA, com sede nesta Capital.

293/85 - que denomina ANTÔNIO MENDES VASCONCELLOS, o trecho da Rodovia Estadual PR-218, que liga os Municípios de Arapongas a Iguaçu.

305/85 - que declara de utilidade pública a AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL BOM SAMARITANO SÃO JERONIMENSE, com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra.

312/85 - que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE TOLEDO - ADEATO, com sede e foro no Município de Toledo.

36/86 - que declara de utilidade pública Estadual a GUARDA MIRIM DE CAMPO MOURÃO, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

45/86 - que declara de utilidade pública Estadual a CRECHE - LAR ROTARY VILA GUAÍRA, mantida pela Associação das Senhores de Rotarianos de Goioerê, com sede e foro no Município de Goioerê.

52/86 - objetivando introduzir alterações à Lei n. 7.827 de 29/12/83, que dispõe sobre a distribuição e comercialização, no Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas.

59/86 - que autoriza o Poder Executivo a doar ao LAR DAS MENINAS ORICENA VARGAS o imóvel de propriedade do Estado que especifica.

61/86 - que declara de utilidade pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro em Ribeirão Claro.

68/86 - que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SANTA RITA DE CÁSSIA, Lar Iracy Dantas de Andrade, com sede nesta Capital.

72/86 - que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE COMUNICADORES DO REINO, com sede e foro em Londrina.
Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.
(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 92/86, que cria a Secretaria de Estado da Comunicação Social.
Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do PMDB e Governo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, dispensa da Votação da Redação Final para os projetos aprovados em 3ª Discussão e que não sofreram emendas.
Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, preferência de votação, para o Projeto de Lei n.97/86, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação e dispensa de Redação Final, ao Projeto de Resolução n. 33/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 42/86, que aprova termos aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio, com a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco e a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, conforme especifica.
Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, preferência na votação para o Projeto de Lei n. 33/86, sobre toda a matéria constante da Ordem do Dia, bem como para o Projeto de Resolução n. 33/86.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio da matéria constante do Projeto de Lei 208/84 ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, como sugestão, e que o mesmo seja retirado definitivamente e o seu conseqüente arquivamento.
Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado voto dos Portuários de Paranguá, na pessoa de seu presidente, Wilson Moraes da Silva e demais membros da diretoria bem como a ex-dirigente da UPP, Raquel Silva Alves que tão bem dirigiu aquela entidade no último triênio.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1986.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações ao Jornalista ANTÔNIO D'AQUINO BORGES, pelos 43 anos de relevantes serviços prestados à Rede Ferroviária Federal, onde ocupou todos os cargos de importância, sendo inclusive, o responsável pela criação do setor de comunicação social, pois D'AQUINO BORGES é também uma das maiores expressões do jornalismo do Paraná, e, agora, deixa de atuar na RFFSA e passa a gozar da merecida aposentadoria.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.

(a) DONATO GULIN

Líder do Partido Liberal

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações à GAZETA DO POVO, através de seu Diretor, Jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, pela significativa conquista do nível de 100 mil exemplares impressos, a partir do último dia 03, bem com sua filiação ao IVC - INSTITUTO VERIFICADOR de CIRCULAÇÃO, consolidando sua posição com um dos grandes jornais brasileiros e marco histórico da imprensa do Paraná.

A tradição da Gazeta do Povo, sua linha editorial equilibrada e de alto padrão ético-jornalístico, bem como a causa de desenvolvimento e integração do Paraná que sustenta vigorosamente, fazem desse órgão de comunicação social uma verdadeira instituição da nossa sociedade, expressão máxima do paranaísmo e da brasilidade.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Dr. HEINS GEORG HERWING, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que Sua Excelência, se digne determinar ao departamento competente, que proceda estudos no sentido de ser construída uma ponte sobre o Rio Piquiri, ligando os Municípios de Laranjeiras do Sul, no Distrito de Paiquerê.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.

(a) DONATO GULIN

Líder do Partido Liberal

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, na forma regimental e após ouvido o Egrégio Plenário,

REQUER seja enviado ofício ao Excelentíssimo Presidente da República do Brasil, Dr. JOSÉ SARNEY, solicitando seja estendido aos viajantes autônomos os mesmos benefícios dados aos taxistas.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as últimas medidas adotadas pelo Governo Federal no último pacote econômico, os viajantes autônomos são duplamente sacrificados, pois tem de cumprir as vendas em todo interior e, com as determinações do Empréstimo Compulsório sobre o álcool e a gasolina, eles não podem repassar para o consumidor a diferença resultante de 28% (vinte e oito por cento).

Também quanto ao uso do combustível, os viajantes autônomos consomem muito mais que um usuário comum e portanto irão perder na devolução do empréstimo compulsório, pois irão receber a mesma quantia de quem quase não utilizou seu veículo, ou seja, pouco usou combustível.

Assim sendo, nada mais justo é que o Governo Federal conceda aos viajantes autônomos os privilégios dados aos taxistas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de Bourbonia, criado pela Lei n. 7327, de 09 de junho de 1980, no Município de Barbosa Ferraz, com sede na localidade do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de rodovia ligando a cidade de Barbosa Ferraz ao Distrito de Corumbataí do Sul, Distrito de Bourbonia e o trevo rodoviário do Distrito de Lousiana, município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A construção dessa rodovia virá beneficiar o escoamento da produção agrícola da região, uma das mais prósperas e produtivas do Estado, além de facilitar o transporte de passageiros entre as cidades e distritos citados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo da Fazenda Rio Grande, criado pela Lei 7521, de 16 de novembro de 1981, no Município de Mandirituba, comarca de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo da Fazenda Rio Grande, no Município de Mandirituba, criado pela Lei n. 7521, de 16 de novembro de 1981, apresenta um desenvolvimento promissor nos mais diversos aspectos. Conta com infraestrutura de serviços e condições sócio econômicas que justificam perfeitamente a sua estruturação como Distrito Judiciário.

A presente solicitação encontra amparo legal no que dispõe o artigo 27, da Lei 8280, de 24 de janeiro de 1986.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 169/86
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica criado o Município de Iracema, com território desmembrado do Município de Formosa do Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Inicia no cruzamento do Ribeirão dos Padres com a estrada Roma, seguindo por esta até a estrada Jacaré, seguindo por esta até a divisa dos lotes ns. 440 e 441; sendo até encontrar o Ribeirão do Jesuíta, seguindo por este, água acima pela sua margem esquerda até alcançar a estrada Figueira; por esta até a estrada Pio XII,

seguindo pela mesma, até a estrada Alvorada; seguindo-se por esta até a estrada Marília; descendo pela estrada Marília até alcançar o Ribeirão dos Padres; por este seguindo-se pela sua margem direita, até a estrada Roma, ponto de partida".

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito de Iracema, no Município de Formosa do Oeste, vem apresentando um desenvolvimento dos mais acentuados nestes últimos anos, ocasionando a pretensão da sua laboriosa população em torná-lo independente, a fim de que o crescimento ali gerado não venha a sofrer solução de continuidade.

Ao apresentarmos este projeto de lei, consideramos a Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro de 1986, em seu Capítulo II e Artigos 5º e 6º, contido na Lei Orgânica dos Municípios e o fazemos na certeza de que serão cumpridas todas as formalidades legais, uma vez que este Distrito preenche os requisitos exigidos, no escopo de ser elevado à condição de Município.

Assim sendo, apresentamos o presente Plano de Lei que esperamos receberá o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento neste Parlamento, sempre voltados aos altos interesses do engrandecimento de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) É aprovada a ata. Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Li nos jornais de hoje que Sua Excelência o Senhor Governador do Estado João Elísio Ferraz de Campos, assinará mensagem a esta Casa Legislativa, propondo a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - FUNCITEC -. Este evento ao qual comparecerei a convite de Sua Excelência, é fruto de um trabalho que iniciamos a desenvolver nesta Casa, precisamente no dia 20 de novembro de 1984, quando, após um trabalho anterior desenvolvido com alguns colegas da Universidade Federal do Paraná - onde tenho a honra de lecionar -, nós apresentamos à consideração da Assembléia Legislativa o Projeto de Lei que cria, justamente, o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Pa-

raná - FUNCITEC.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cópia de todas as peças do Processo n. 11258/84 que tramitou nesta Casa, obtendo, o Projeto de Lei, a aquiescência de todas as comissões técnicas da Casa, mas que sempre aventaram o fato de que em se tratando da matéria financeira, o referido Projeto de Lei era inconstitucional. Como de fato era. Mas, nós obtivemos desta Casa de Leis a aprovação da nossa iniciativa, na comissão de Constituição e Justiça, por um parecer relatado pelo Deputado Gilberto Carvalho. Obtivemos também o apoio, da Comissão de Finanças, quando esse mesmo Projeto foi relatado pelo Deputado Djalma de Almeida Cesar. Obtivemos, portanto, a tramitação deste Projeto de Lei de elevada relevância para o Estado do Paraná, apoio favorável de todos os Deputados, inclusive, pela aprovação em Plenário em 1.^a e em 2.^a Discussões.

No entanto, Sr. Presidente, dada a inconstitucionalidade da matéria, nós houve-mos por bem, no dia 25 de setembro de 1985, transformar o nosso Projeto de Lei, em sugestão a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, na época - José Richa. E de fato este processo foi encaminhado por ofício da Presidência desta Casa à Sua Excelência o Senhor Governador, e o nosso trabalho continuou, agora, não mais no Legislativo, mas sim no Executivo. E acompanhando a tramitação do processo, ele chegou à Casa Civil, sem também antes, nós tivermos a oportunidade de expor na Associação Comercial do Paraná, na Federação das Indústrias do Estado do Paraná, junto à CITPAR que é o órgão que congrega empresários dos mais diversos do Paraná. Expusemos a nossa idéia, e obtivemos inclusive, Sr. Presidente, em julho deste ano, por parte da CITPAR, que é uma entidade dirigida pelo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho - Presidente do Conselho Deliberativo deste organismo da empresa privada, o encaminhamento ao Governador do Estado, de um ofício em que sintetiza a presente realidade...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa informa que o seu tempo está esgotado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu solicito a minha inscrição para falar no Grande Expediente, se possível, para dar continuidade que eu estou tratando desta tribuna.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência já está inscrito para o Grande Expediente. Concedo a palavra ao

segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Com relação ao "pacote econômico" do Governo da Nova República, previa o Governo, uma taxa de inflação de 1.^o de março a 31 de dezembro, nunca superior a 6%. Os cálculos estão sendo refeitos pelo Ministério do Planejamento que já admite uma inflação de 1.^o de março a 31 de dezembro na faixa de 10%. Alguns analistas econômicos admitem inflação de 14%, ainda que o Governo negue esta previsão pessimista. Essa taxa inflacionária não inclui o empréstimo compulsório para compra de automóvel e também o empréstimo compulsório para o abastecimento de álcool e de gasolina.

Queremos nesta manhã, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer do nosso apoio do nosso desejo de que o "Plano Cruzado" dê certo, vingue, destrua a inflação que tanto mal causou a milhões de brasileiros e lamentar também, que o Governo que congela é o primeiro a descongelar.

Por exemplo: a taxa de juros cobrada pelas empresas financeiras e pelos Bancos no ato de amor, de compreensão do Governo para com os banqueiros, para com as financeiras, o Governo que congelou o salário do trabalhador, foi o mesmo que aumentou a prestação do BNH em 32%. O Governo, num ato generoso de caridade, aumentou a taxa de juros das financeiras e dos bancos de 55 para 70% ao ano e agora, Senhor Presidente, numa nova modalidade para sugar ainda mais o já enfraquecido sangue do trabalhador brasileiro.

Todo cidadão que for a uma loja comprar no crediário, comprar à prestação, ele pagará uma taxa de abertura de crédito, taxa criada pelo Governo. Um absurdo. Se um operário for a uma loja comprar uma panela de pressão no crediário, essa panela de pressão vai custar CZ\$ 130,00, aquele pai de família se tiver que comprar a panela de pressão no crediário, irá pagar, só de abertura de crédito, uma taxa de CZ\$ 70,00, fora os juros que terá que pagar para essa empresa.

Isso vai prejudicar quem? Não o rico, não o capitalista, não aquele que é mais abastado, mas aquele que é pobre, que vive de salário humilde, que chega até a comprar o sapato no crediário, então, doravante, por esse ato generoso do Governo para com os banqueiros e com as empresas financeiras - se um pai de família for comprar um tênis para o filho ir à escola e esse tênis custar CZ\$ 200,00, além do juro normal que pagará, terá que pagar uma taxa de abertura de crédito de CZ\$ 70,00.

Agiu mal o Governo e é bom lembrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que único setor que ganha bem, o único setor que está bem no Brasil é o setor do banqueiro. Basta lembrar que o BRADESCO, neste ano de janeiro a julho, teve de lucro hum bilhão, trezentos e cinquenta milhões de cruzados, lucro líquido em apenas seis meses. Por isso, não entendemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados que venha o Governo da Nova República que congela, que arrocha o salário do povo brasileiro, de milhões de assalariados, venha tomar tantas medidas para fortalecer e aumentar ainda mais o lucro de banqueiros poderosos do nosso Brasil.

E este o nosso protesto, Sr. Presidente, contra essas medidas desumanas.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo mais oradores no Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente. No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, por trinta minutos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu retorno, Senhor Presidente, a linha de raciocínio que estávamos desenvolvendo, e dizíamos que levamos este assunto da criação do FUNCITEC à iniciativa privada. E logo, vamos observar e vou ter a oportunidade de esposar aqui desta tribuna, a razão pela qual nós assim procedemos. Mas, o Governador do Estado recebeu do Doutor Francisco da Cunha Pereira Filho, Presidente do Conselho Deliberativo do CITPAR a carta que eu tomo a liberdade de ler. (Passa a ler a carta).

CITPAR

"Curitiba, 16 de junho de 1986.

DR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
DB. Governador do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Governador,

O Estado do Paraná, considerado o seu espaço físico-territorial dotado de solos férteis, está prestes a atingir o estágio limite do seu desenvolvimento econômico na agricultura e na pecuária.

A agro-indústria em particular e a industrialização em geral, atentando para peculiaridades e vocações regionais representam no entendimento de amplos setores da Sociedade Paranaense - incluindo o próprio Governo do Estado como um todo - o próximo passo a ser dado de forma inelutável e inequívoca pelos setores produtivos do Paraná.

Essa tem sido a tônica dos discursos pro-

feridos por Vossa Excelência e, outra não é, ~~senão~~ essa, a visão do CITPAR.

Todavia, Senhor Governador, pretender um avanço da industrialização no Estado sem o correspondente incremento em termos de ciência, tecnologia e formação de recursos humanos implica, necessariamente em se aceitar um desenvolvimento marcado por uma crescente dependência e por um caráter extremamente periférico dentro dos parâmetros da economia nacional e internacional. E, por estar convencida da justeza da reivindicação árdua e persistentemente defendida pela comunidade científico-tecnológica do Estado a propósito da instituição de um fundo dotado de recursos consignados em orçamento estadual, o CITPAR apela a Vossa Excelência, no sentido de enviar, com a maior brevidade, mensagem ao legislativo, propondo a criação do FUNCITEC, nos moldes do ante-projeto do Deputado e Vice-Prefeito de Curitiba, Senhor Adhail Sprenger Passos.

Essa será, Senhor Governador, uma decisão que se afigura como um marco histórico para o desenvolvimento sócio-econômico de nosso Estado, colocando-o em igualdade de condições com outros Estados da Federação. Certos do elevado espírito público de Vossa Excelência, subscrevemo-nos,

atenciosamente

(a) FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO
Presidente do Conselho
Deliberativo do CITPAR"

Senhor Presidente e Senhores Deputados, hoje, conseqüentemente o Senhor Governador em solenidade no Palácio Iguaçu assina a Mensagem encaminhando o mesmo projeto de lei que esta Casa já por duas vezes nas comissões técnicas e por duas vezes no plenário houve por bem aprovar, que é de iniciativa deste Deputado que ocupa a tribuna.

E que a necessidade do fundo do FUNCITEC? Nós estamos no Paraná, de fato no limiar de um ciclo econômico que exaure toda a potencialidade da economia primária, da economia agrícola e pecuária do Estado.

Hoje, nos caracterizamos fundamentalmente por uma economia extremamente primária, exportadora de bens produzidos pelo setor agrícola e pelo setor pecuário da economia, e também em parcela bem menor do setor ligado à mineração. Nós somos um Estado dentro do contexto federativo brasileiro, extraordinariamente exportador de produtos oriundos do setor primário da economia e isto já está a esgotar e extremamente reduzido, porque nós importamos os produtos industrializados produzidos em outros Estados do Brasil, para atender as

necessidades de consumo da nossa população. Conseqüentemente, na linguagem dos economistas o valor agregado em nosso Estado é um dos mais baixos da Federação Brasileira, estando quase ao mesmo nível dos Estados economicamente mais atrasados do Nordeste brasileiro.

Nós estamos num momento importantíssimo para poder provocar a mudança nas estruturas econômicas deste Estado e esta mudança só se fará possível se nós provocarmos um processo de industrialização descentralizando em nosso Estado, no sentido de dotar as múltiplas regiões econômicas em que o Paraná está e deve ser dividido com um setor industrial que aproveite as matérias-primas de origem primária produzidas em cada uma delas para transformando-as em bens industriais possam naturalmente fazer com que o setor industrial da economia cresça e fazendo por outro lado como num setor de embuche levar também ao crescimento próprio o setor agrícola e pecuário e, portanto, também o setor terciário da economia e assim a estrutura econômica como um todo no nosso Estado passará a crescer e esse crescimento desta economia fará com que nós possamos oferecer a população paranaense um elenco de empregos, empregos até certo ponto também qualificados que vai forçar uma modificação estrutural, também na estrutura da educação profissionalizante em nosso Estado, mas para que essa industrialização se faça e repito de maneira descentralizada, é preciso que haja, inclusive, além dos investimentos necessários para o acorde de capital financeiro necessário para a expansão do setor industrial da economia, é preciso que se faça também a institucionalização de instrumentos adequados para que nós possamos partir para a pesquisa científica e tecnológica, a fim de podermos fazer com que os produtos primários tenham a possibilidade tecnológica de serem transformados em bens industrializados e é por isso que precisa o Governo do Estado do Paraná ter um instrumento flexível de apoio às universidades, de apoio à iniciativa privada, de apoio a todos aqueles que tenham idéias novas no sentido de inventar todos os bens primários da economia agrícola e pecuária do Estado, transformando-os em bens industriais para poder gerar uma multiplicidade de empregos de que o Paraná carece e, também poder gerar maior renda econômica em nosso Estado para inclusive poder oferecer um aporte de recursos públicos ao Governo do Estado e aos municípios paranaenses a fim de que essas instituições públicas possam cumprir com seu papel importante na administração da sociedade local e regional.

Senhor Presidente, a criação deste

FUNCITEC, é de uma importância extraordinária. É com ele que o Paraná poderá deslanchar para essa nova estrutura da sua economia, que está sendo decantada pelos órgãos de imprensa do Estado principalmente pelo Jornal "Gazeta do Povo", que em editoriais seguidos, está naturalmente mostrando que o momento é extraordinariamente propício, para que o Paraná encete a transformação da sua estrutura econômica. E por que este momento é propício? Porque nós tivemos a felicidade de que a nível do Governo Federal.

O Governo atual, presidido pelo Senhor José Sarney, ter adotado no último dia de fevereiro deste ano, uma corajosa transformação do sistema monetário deste País, criando o cruzado e acabando com a especulação financeira que grassava de maneira caótica e extraordinariamente infeliz a pouca estrutura do nosso Estado e do nosso País, criando um sistema que acabava, como dizia a especulação financeira e fazendo com que todos aqueles que têm ou que tiveram a possibilidade de carrear recursos financeiros, de poder ter em suas mãos o poder financeiro e portanto a capacidade de investir, deixassem de investir nas Bolsas financeiras, deixassem de aplicar recursos apenas para que tivessem o próprio recurso aumentado com esta especulação financeira e surgiu, neste País, a grande oportunidade que aqueles que têm capacidade financeira pudessem investir no crescimento da economia e nós estamos vendo hoje, este Estado e esta Nação, carreando recursos financeiros para que a economia cresça. Nós vemos, por exemplo, a Junta Comercial do Paraná, recebendo processos, milhares e milhares de processos para a institucionalização de novas empresas em nosso Estado, e isto é fazer crescer a economia. Isso é fazer crescer a oferta de empregos; isso é fazer crescer o valor agregado do Estado; isso é fazer crescer, portanto, a oportunidade para que a dívida social possa ser contemplada, possa ser sanada a favor de todos aqueles que militam e vivem em nossa sociedade.

O FUNCITEC, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vai além dos recursos orçamentários que o Governo do Estado deverá acoplar a este Fundo, anualmente. O FUNCITEC, receberá recursos de Governo Federal; receberá recursos de instituições privadas nacionais e internacionais, e receberá ainda, recursos dos mais variados conforme está no projeto de lei. Assim poderemos ter o suporte financeiro que virá estimular naturalmente a pesquisa científica e tecnológica, que é base fundamental para a reformulação da estrutura econômica em nosso Estado. E assim, se o Paraná fizer a reformulação da sua estrutura, poderá dar contribuições valiosas para a solu-

ção dos problemas econômicos e sociais que afligem a sociedade brasileira. Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu desejo, aqui e agora, fazer um apelo aos Senhores Deputados e também à Assessoria Técnica desta Casa, sobre o projeto de lei que amanhã deverá adentrar, nesta Casa, por Mensagem de Sua Excelência, o Senhor Governador, ele já foi analisado, nesta Casa de Leis. Nós precisamos responder ao Paraná com o mesmo interesse que o Governador do Estado, Senhor João Elísio Ferraz de Campos respondeu ao apelo do Paraná para criar o FUNCITEC. Precisamos fazer com que o projeto de lei, oriundo do Executivo, tramite, nesta Casa com a máxima urgência. É preciso que a assessoria técnica dê o seu Parecer com a rapidez necessária e que nas Comissões Técnicas os Senhores Deputados também acolham com a devida rapidez a tramitação deste projeto de lei.

E esta Casa há também, de discutir-lo em plenário, nas três discussões com a rapidez devida.

Vou encaminhar, possivelmente esta semana, um pedido de urgência na tramitação deste projeto de lei, e vou solicitar à Mesa que faça anexar ao projeto que dará entrada aqui amanhã do projeto de lei do processo anterior, cuja cópia eu tenho aqui em minhas mãos e que está arquivado aqui nesta Casa, para naturalmente poder oferecer aos Senhores Deputados e Assessoria Técnica os dados necessários para a agilização deste mesmo projeto de lei. E essa urgência se faz necessário porque o Paraná precisa que já, no ano que vem, haja no orçamento do Estado que está em elaboração, uma verba que já está prometida pelo Governador João Elísio Ferraz de Campos para que no orçamento do ano que vem, o FUNCITEC já tenha consignado no orçamento uma verba do Governo do Estado, para poder também, com autoridade, pleitear perante o Ministério de Ciência e Tecnologia, as verbas que o Paraná merece no sentido de poder financiar os estudos e as pesquisas necessárias para a industrialização paranaense.

Precisamos ter em mente, precisamos tomar consciência no sentido de que a tramitação desse projeto de lei vai implicar, se ele for tramitar aqui nesta Casa, com a agilidade que eu tenho por certeza, ocorrerá, nós vamos ter um projeto de lei ainda neste mês de agosto sancionado pelo Governador e já teremos a lei, portanto, criando o FUNCITEC. Dando condições a que o Governador, consigne para o orçamento do ano que vem, a primeira verba que vai naturalmente atender aos ditames e às responsabilidades oriundas da própria lei.

Eu confio de que os meus companheiros desta Casa, saberão compreender a impor-

tância da criação deste Fundo, para que o Paraná possa dizer presente ao Brasil. O Brasil que se transforma. O Brasil que está com o "Projeto Cruzado" e com este recente projeto do Governo Federal, podendo trilhar os caminhos dos quais ele estava divorciado, mas que a Nova República está a conduzir para a felicidade geral do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Grande Expediente passamos ao Horário das Lideranças. Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssima Senhora Deputada e Senhores Deputados. Ontem, observávamos atentamente, o pronunciamento do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, ocupando a tribuna desta Assembléia Legislativa, acusando o Governador José Richa de charlatão.

É lamentável, nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que pertenceu às fileiras do meu Partido, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que por longos e longos anos soube agasalhar Vossa Excelência com todo o respeito e com toda a dignidade. Não entendo quais as razões, pois, Vossa Excelência, ilustre Deputado, sempre foi atendido pelo Governador José Richa nas suas reivindicações.

Se Vossa Excelência não entendeu que o Governador José Richa durante o seu período no Governo do Paraná, teve as suas dificuldades climáticas, é lamentável.

Vossa Excelência é testemunha, e sabe, perfeitamente, que o Governador José Richa, além de enfrentar as enchentes e a seca, mesmo assim teve pulso para administrar o Paraná, para trazer aos paranaenses aquilo que eles sonhavam e pensavam do futuro Paraná. Quando Vossa Excelência critica como criticava também o Deputado Airtton Cordeiro, Deputado este que é o "testemunho da verdade", só ele que é o verdadeiro homem no Paraná, só ele que é perfeito, só ele que tem o potencial de criticar os outros e não admitir as críticas.

Quando o Deputado Airtton Cordeiro tanto criticou o Governador José Richa Vossa Excelência do lado da Bancada do PMDB, defendia o ex-Governador. E hoje Vossa Excelência está do mesmo lado do Deputado Airtton Cordeiro, a fazer as críticas ao ex-Governador José Richa. Vossa Excelência Deputado Osvaldo Alencar tem uma memória muito fraca. Devia lembrar que quando o Deputado Airtton Cordeiro pagou um homem

desocupado para tumultuar o processo dos homens desempregados no Paraná e que Vossa Excelência participou junto defendendo os trabalhadores, Vossa Excelência brigou neste plenário da Assembléia Legislativa do Estado e hoje Vossa Excelência está ao lado daquele que tumultuou o processo dos homens desempregados do Paraná.

É lamentável quando Vossa Excelência ontem criticava os malufistas, mas Vossa Excelência se esqueceu, Deputado Osvaldo Alencar Furtado de que naquele episódio, em busca da Presidência da Câmara dos Deputados, seu irmão o candidato ao Governo do Paraná, hoje ameaçou fechar questão com a bancada dos malufistas para dar o apoio à Presidência da Câmara dos Deputados.

Esta é a realidade, Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Já convidei e continuo convidando alguns Parlamentares que tiveram dúvida da atuação do Governador José Richa, que visite a região que represento. Terei a maior satisfação de mostrar aos meus colegas e ao povo do Paraná, que a minha região, foi uma que o Governador prestigiou e não foi só a minha. José Richa prestigiou o Paraná inteiro dando atenção levando o "clic" rural, o "clic" urbano, melhores escolas, melhores estradas, mais asfalto e assistência social, criando quase quatrocentos mini-postos de saúde no Paraná, procurando fazer um Governo de encontro com a sociedade. Então, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, Vossa Excelência peca em dizer que o Governador José Richa é charlatão. Ele é um homem que deixou a marca na história da administração do Paraná e que Vossa Excelência é testemunha ao ver as pesquisas através da Rede Globo, através da imprensa, o seu nome levado ao Senado da República, como um dos mais votados do Paraná. Sempre disse que o maior julgamento de um homem público é através da opinião popular, é através das urnas para que nós saibamos se cumprimos a nossa missão parlamentar, se cumprimos a nossa missão na vida pública, e para isso o ex-Governador José Richa passará novamente em 1986 pelo crivo das urnas na consciência popular.

Então, nós teremos, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, o povo para fazer o julgamento. Quando Vossa Excelência levanta a questão de que o Senador Álvaro Dias não tem currículo para ser candidato ao Governo do Paraná, eu respeito o currículo do Deputado Alencar Furtado, mas gostaria que Vossa Excelência respeitasse o currículo do Senador Álvaro Dias, pois é acima de tudo, uma bandeira de trabalho, uma bandeira de somatória ao nosso Partido, ao MDB sofrido e que hoje é o PMDB do povo. Álvaro Dias manteve o seu posicionamento junto com o povo do ex-MDB do Paraná e mantém o seu posicionamento com o PMDB

atual, demonstrando o seu currículo desde vereador de Londrina, dando exemplo a Deputado Estadual nesta Casa, como Deputado Federal mais votado e um jovem senador da República.

Então, está aí o currículo, Deputado Osvaldo Alencar Furtado; relevantes serviços prestados ao Paraná, prestados ao Brasil; a aposentadoria dos professores aos 25 anos, isto é currículo do Senador Álvaro Dias; e também a aposentadoria que está tramitando no Senado, ao trabalhador rural com 60 anos de idade.

Vossa Excelência tem que entender que isso é um currículo político e acima de tudo, que nada se levanta contra os princípios morais e os princípios de credibilidade e de honestidade do nosso futuro Governador do Paraná, que é o Senador Álvaro Dias. Eu lamento Deputado Osvaldo Alencar Furtado que Vossa Excelência, ontem talvez por um desespero de ver as pesquisas levantadas nos Estados Brasileiros, tenha tomado esta posição, aqui na Assembléia Legislativa do Estado.

Eu quero deixar aos meus companheiros da bancada a minha solidariedade ao ex-Governador José Richa, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná e à sociedade paranaense.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador). (Assume a Presidência o Senhor Deputado Anibal Khury)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PDT. A Mesa registra com satisfação a presença do Vereador do PMDB, Valentim Peron.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O vendedor de ilusões é um charlatão e vendendo ilusões aos miserabilizados da sorte e do destino o ex-Governador José Richa tornou-se um charlatão. Prometeu aos sem-terras, terra e não a deu. Prometeu ao bóia-fria o atendimento que ele necessita para deixar de ser bóia-fria e ser um trabalhador, e como diria Alencar Furtado, em nome de João José Pedro Romaria.

Charlatão é dizer ao povo que fará um governo de justiça social, defendendo um salário justo para os professores, por exemplo, assim como fazia nos discursos em busca de voto, quando era Senador da República, o ex-Governador José Richa, quando Governador.

Está aí o salário de fome dos professores paranaenses; está aí o salário de fome de muitos funcionários deste mesmo Poder; está aí o salário de fome da Corporação Policial do Paraná, que para enfrentar bandidos recebe apenas hum mil sete-

centos e cinquenta cruzados; e os tenentes e oficiais militares do Paraná, homens de formação elevada, percebem menos do que os presos de São Paulo.

Meu ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, charlatão é isto, é vender ilusões a um povo que precisa de realizações reais para suprir as suas primeiras necessidades.

E a necessidade da moradia, da alimentação, da educação, da saúde, são fatos incontestes da necessidade pessoal de cada um. Não me considero fraco de memória, pois recordo-me até com exatidão, por vezes, fatos ocorridos a muitos anos atrás.

Se muitas vezes defendi o Governador José Richa, é porque algumas vezes ele devia ter acertado e, eu dizia sempre na minha campanha que não seria apenas um defensor quando injustamente o Governador estivesse sendo acusado, mas seria também um crítico quando ele estivesse errado. Porém, ele mais errou do que acertou.

Porque o Governador José Richa ao administrar um Estado depredado, ao administrar um Estado arrasado pela exploração econômica, mencionava na sua prestação de contas em programa de televisão de cadeia estadual, que no campo da ecologia ele tinha criado a lei dos agrotóxicos, e esta lei, por exemplo, é de autoria de um deputado deste Poder, do qual eu sou um dos signatários na parte dos organoclorados. Mas, nem sequer tem respeito pelo trabalho dos outros, como também da Bancada do PMDB. O Deputado Paulo César Furiatti, é autor do projeto de lei dos agrotóxicos juntamente com o Deputado Rubens Bueno e este Deputado que está na tribuna. E mencionava ainda a criação do Conselho Estadual de defesa do meio ambiente. Eram apenas essas duas colocações que fazia o Governador José Richa como obras suas no Governo de quase três anos e meio e no entanto, o Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente, é um projeto de lei que nós apresentamos neste Poder, após um ano inteiro de debate com as associações preservacionistas do Paraná. Por conseguinte, no campo ecológico as duas obras mencionadas pelo Governador José Richa na sua prestação de contas levam a assinatura deste Deputado, levam o trabalho deste Deputado e leva apenas a sanção do Governador José Richa.

Quando eu digo que o Senador Álvaro Dias, não tem curriculum, não tem carteira de trabalho, é porque na realidade, e o Deputado Dirceu Manfrinato foi testemunha disso ao declarar textualmente que, ele foi Vereador, foi Deputado Estadual, foi Deputado Federal, e é Senador da República, mas aonde ele trabalhou, há o exercício de uma atividade pública... (vozes sobrepostas).

O exercício de uma atividade como deputado, por exemplo, é uma obrigação e uma atribuição que o cidadão é imbuído pelo voto popular para prestar serviços a uma população em uma coletividade, mas o que eu digo é que o Senador José Richa se trabalhou, foi em rádio para fazer campanha ou proleísmo político.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência, que o Senador Álvaro Dias tem curriculum; tanto é que chegou a Senador da República e o seu irmão que é candidato a Governador do Paraná, não passou de Deputado Federal até o presente momento e quando Vossa Excelência critica que o Richa é charlatão e que só mentiu para a população paranaense, eu digo que Vossa Excelência está dizendo inverdades, Deputado, porque Vossa Excelência, aqui do lado da Bancada do PMDB, criticou a outra bancada do passado, dizendo que eram corruptos; que estouraram e acabaram com o Paraná e hoje Vossa Excelência vem à tribuna dizer coisas contrárias do que disse aqui no passado.

Senhor Deputado, Vossa Excelência tem a memória fresca, sim e muito. Vossa Excelência deve lembrar que do projeto de agrotóxico, Vossa Excelência não participou.

Vossa Excelência não participou disso, Deputado.

(Vozes sobrepostas).

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Leva a minha assinatura. (Vozes sobrepostas).

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência deu assinatura como apoio, ilustre Deputado. (Vozes sobrepostas).

Vossa Excelência está sendo infeliz no seu pronunciamento.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Então Vossa Excelência não conhece nem o projeto e nem o trabalho.

E digo até que Vossa Excelência nem lê o noticiário especializado, como por exemplo, vou lhe dar um testemunho. (Vozes sobrepostas).

(Soam os tímpanos).

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Pela Ordem) - Solicito a Vossa Excelência que assegure a palavra ao Deputado Alencar Furtado.

Está havendo discursos paralelos aqui no plenário da Assembléia Legislativa. Requerio de Vossa Excelência que assegure a palavra ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra está assegurada.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados, que só aparteiem o orador quando estes lhes conceder o aparte.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Agradeço à Presidência e devo dizer que o Deputado Dirceu Manfrinato deveria procurar saber, pelo menos, se existe alguma publicação específica em órgão da Secretaria da Agricultura, que menciona textualmente, por completo, meu nome como autor, no projeto dos agrotóxicos na parte dos organoclorados. Não é a minha palavra, é a própria palavra do Governo, através de um órgão de comunicação e que é ditado às expensas do povo paranaense.

Gostaria de anexar as minhas respostas ao discurso infantil do Deputado Dirceu Manfrinato, porque é importante...

O Sr. Dirceu Manfrinato - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, com a palavra o Senhor Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Senhor Presidente, eu gostaria de levar ao conhecimento desta Casa que infantil é o Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que não sabe o que está falando de tanta besteira que diz da tribuna desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não citou qual o dispositivo do Regimento Interno que está sendo infringido. Continua com a palavra o Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

Está encerrado o tempo do Deputado Osvaldo Alencar Furtado e a Mesa concede-lhe mais um minuto para a conclusão de seu discurso.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Para dizer a este Poder que terei sempre a tranquilidade, a serenidade e a seriedade necessária e indispensável para refutar todas as críticas que possam fazer a este Deputado ou à Frente de Oposições que hoje empalma, vitoriosa, a candidatura de Alencar Furtado ao Governo do Estado do Paraná.

Critiquei e criticarei todos os erros que eu entender que estejam sendo praticados contra o povo. Se defendi o trabalhador é porque este é o apanágio da minha vida. E, quando o PMDB está montado nos bilhões eu prefiro estar montado no feijão carunchado do trabalhador.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

concede a palavra à Representação do PCB.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, manifestamos antecipadamente o nosso apoio à Mensagem que o Senhor Governador assina nesta tarde e envia a este Poder, conforme comunicação e registro, desta tribuna, já no início deste período pelo nobre Deputado Adhail Sprenger Passos. A criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná é, de fato, uma reivindicação antiga da comunidade científica paranaense.

A própria sociedade brasileira de progresso da ciência, pela sua representação regional, já em 83, fazia, ao então Governador, José Richa, toda uma justificativa desta providência. Finalmente, o Paraná com esta medida, se equipara a outros Estados brasileiros que têm no desenvolvimento científico e tecnológico uma prioridade de ação.

Da mesma forma, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, com que manifestamos o nosso apoio a esta medida do Governo, registramos, também, neste momento, o nosso desagrado, a nossa contrariedade ao recente ato do Governo do Estado, Decreto n. 8674, do último dia 30 de julho, que transferiu o Instituto de Assistência ao Menor e a Fundação de Promoção Social do Paraná, PROMOPAR, para uma subchefia da Casa Civil.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é inegável que no campo da ação social o Paraná teve avanços nos últimos anos, particularmente no IAM e no PROMOPAR. A política clientelística, assistencialista do passado, passou a ser página virada da sua história. Essa decisão, retirando os dois organismos do campo próprio da sua atuação que é numa integração com a área de saúde e educação, traz o risco de se retornar ao clientelismo e ao assistencialismo. Nos estranha a decisão tomada sem sequer nenhuma discussão com este Poder, estranha o fato de se dar num período pré-eleitoral. O risco, portanto, de que se retorne nessas áreas de trabalho - assistência ao menor e a promoção social do Estado - aquelas práticas condenáveis, não pode deixar de ter o nosso registro e a nossa preocupação.

Quero, além do mais, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao fazer esse registro, trazer à discussão nesta Casa, do fato da maior gravidade que hoje ocorre no Paraná, que é a paralisação da prestação dos serviços de saúde, assistência médico-sanitária e hospitalar em centenas de postos, centros de saúde e hospitais do Estado. A greve que hoje se deflagra, entre os servidores da Fundação de Saúde

Caetano Munhoz da Rocha, após meses de negociação junto ao Governo do Estado, em torno de reivindicações objetivas e de fácil atendimento, nos traz indagações da ordem de que interesses estariam por trás desse processo não resolvido. Sabemos nós todos porque esta Casa aprovou o convênio firmado pelo Governo do Estado com o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social e Ministério da Previdência Social em 85. Depois de anos de luta pela implantação de um sistema integrado de atenção à saúde do povo brasileiro e paranaense, o Paraná foi um dos Estados que, de primeira mão, assinou o convênio das ações integradas de saúde, que passou a repassar valores substanciais ao Governo do Estado pela Previdência Social, por conta do atendimento que passou a ser prestado aos previdenciários pela rede pública de serviços de saúde. E esses recursos estão depositados nos cofres do recurso do Estado. Recursos cujo plano de aplicação prevê tanto a ampliação dos serviços, como de fato o Paraná executou, duplicando a sua rede de postos de saúde e centros de saúde, equipando-os com melhores condições, modernizando a sua técnica, ampliando o seu quadro e remunerando adequadamente os seus funcionários.

No entanto, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, a reivindicação do reajuste salarial como de fato ocorreu em relação a outras fundações, na época própria do reajuste de março, prejudicou os funcionários servidores da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. Além de que seu plano de cargos e salários já aprovado e com uma aplicação prevista para julho deste ano, não ocorreu. a situação hoje existente, e nós acompanhamos durante esse mês de julho as assembleias, os servidores de saúde como acredito que outros Deputados também tenham acompanhado, se não pessoalmente, pela imprensa, todo o intenso processo de negociação que ocorreu, seja no âmbito específico da área da saúde no Estado, seja junto à Casa Civil, ao CDP, à Secretaria de Finanças e ao próprio Governador. E o não atendido à reivindicação gerou a situação que hoje enfrentamos. O Estado de São Paulo, teve, por cerca de vinte dias, a paralisação na rede de serviços públicos de saúde, por idêntica situação e acabou resultando no atendimento ainda que parcial, depois de vinte dias de greve, das reivindicações dos servidores.

Sabemos nós e aqui nesse horário destinado à Liderança do PCB, reafirmamos que o Plano Cruzado, mereceu e merece o nosso apoio. No entanto, sabemos também que embutido o plano cruzado estava e está a disposição de quem depende da luta, da capacidade de organização e da justiça das reivindicações de cada categoria profis-

sional. O bloqueio a uma política de arrocho salarial, não faz outra coisa que não defender os seus interesses e os seus direitos, no caso, os servidores da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, como provavelmente, depende da Assembleia que hoje se realiza, também a partir de amanhã, a paralisação do IAM.

Senhores Deputados, creio que cabe a este Poder às bancadas dos partidos políticos aqui representados, procurar participar da solução desse impasse criado com a paralisação que hoje se instala no Paraná e paradoxalmente, na mesma página que a "Folha de Londrina" traz hoje o anúncio da paralisação, traz também uma nota ao lado, de que na área da Previdência Social o anunciado descredenciamento e paralisação dos serviços que aconteceria amanhã no País todo, deixa de ocorrer, por ter havido entendimento entre o INAMPS e os seus servidores.

É inadmissível que compactuemos com uma situação que pode ser arrastada por dias ou semanas, em prejuízo à saúde do povo paranaense.

Portanto, Senhor Presidente, solicitamos a atenção das bancadas e dos Senhores Deputados, no sentido de que procure identificar as razões por que esse impasse se instalou e em que medida isso tem ligação com a recente decisão de retirar o IAM e a PROMOPAR da área da Secretaria de Saúde do Estado. Qual é o processo, se é que existe, da desestabilização da atual política de saúde do Governo do Paraná, que notoriamente confronta com os interesses da área hospitalar de medicina de grupo privado existente no Estado, que jamais se conformaram com a política de saúde voltada aos interesses do povo paranaense, como se implantou no Estado, nos últimos três anos?

Por último, somente um registro e pedido de apoio a todos os deputados, para que subscrevam o nosso requerimento encaminhando ao Senhor Delegado Regional do Trabalho Doutor João Conceição, solicitando a imediata declaração de posse da Diretoria eleita recentemente pelo Sindicato dos Enfermeiros de Londrina, que na 1ª votação fez não só o "quorum", como mais de 50% dos votos necessários e que hoje enfrentam o processo complicado de recursos pela chapa contrária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra a representação do PDS. (Ausente)

A Mesa registra a presença do jornalista Ademir de Brito, de Assis Chateaubriand.

Concedo a palavra a representação do PTB. Com a palavra, o Senhor Deputado

Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Neste momento, no horário do meu partido, o partido de Getúlio Vargas, numa memorável convenção de sábado passado acharam por bem os nossos companheiros em apoiar a candidatura de Álvaro Dias. E nós, neste momento, como fiéis soldados do partido, queremos dizer de público mais uma vez, como malufista autêntico, que apoiamos dentro da nossa consciência política a candidatura do melhor.

Álvaro Dias é o homem que nosso partido achou por bem de escolher por intermédio da convenção soberana.

O Sr. Ivan Gubert - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento do orador).

Senhor Deputado, eu estou acompanhando o seu pronunciamento e já observei o apoio do seu partido ao candidato Álvaro Dias. E eu gostaria de saber, em função da sua posição de malufista autêntico que sempre foi, respeitador do ex-Governador Paulo Malluf, candidato a Presidente da República, se isto significa que o PTB, o seu partido, tenha o apoio de Paulo Malluf para Álvaro Dias.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência sabe que eu sou um homem que medita, e se nós estamos hoje com Álvaro Dias, é porque é a melhor opção. Vossa Excelência "cutucou a onça com vara curta" E pergunto a Vossa Excelência: O que é que a Frente Liberal trouxe para o Paraná? Estivemos com Vossa Excelência confabulando com o Presidente Sarney. Só promessa. E nós não tivemos homens de hombridade que virassem a mesa para dar ao Paraná os seus direitos e o compromisso de treze cargos que não eram para mim, nem para os meus filhos e nem para os meus apaniguados. E é por isto essa revolta, meu companheiro. E é por isto que temos que definir.

Álvaro Dias deu tudo a seus companheiros e nós, o que demos? Nada! Um zero cortado. Deputado Ivan Gubert, contra a força não há resistência e sabe bem Vossa Excelência que estivemos em Brasília e escutamos o Deputado Ivan Gubert, as promessas falsas daquela época, do Secretário do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

Vemos o Presidente mentir para Vossa Excelência; mentir para o Deputado Fabiano; mentir para a Bancada da Frente Liberal e nada trouxemos.

Onde está a força moral dos nossos companheiros, a nossa força moral?

Eram treze cargos que ficaram engrupidos por falta de coragem nossa; por falta

de coragem do Deputado Ivan Gubert; de homens que dissessem não ao "pacote" de Sarney; homens que dissessem não ao apaniguamento dos bancos que hoje exploram a nossa Nação.

Vossa Excelência vira as costas porque o seu aparte foi infeliz. Vossa Excelência, como diz o caboclo, "cutucou a onça com vara curta".

O Sr. Ivan Gubert - Deputado, o Senhor não respondeu aquela minha pergunta.

O Sr. Ferrari Júnior - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Eu quero só complementar a resposta e já lhe darei o aparte.

Mas, por favor! Qual a resposta que Vossa Excelência quer?

O Sr. Ivan Gubert - Se o ex-Governador Paulo Malluf está apoiando o candidato Álvaro Dias?

O SR. GABRIEL MANOEL - Este é um problema que não tenho nada com isto. Eu sou malufista e mais quatro Deputados do PTB apoiam Álvaro Dias, que há de ser o Governador do Estado.

O Sr. Ferrari Júnior - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento)

Deputado Gabriel Manoel, eu tenho a impressão que o Deputado Ivan Gubert, como diz Vossa Excelência, está "trocando as bolas". Primeiro ele interrompeu o seu comentário, o seu discurso, dizendo que acompanhava, quando Vossa Excelência nem mal havia começado.

O Sr. Ivan Gubert - Engano seu, Deputado. Ele já havia feito a afirmativa.

O Sr. Ferrari Júnior - Eu não estou conversando com Vossa Excelência, mas com o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Ivan Gubert - Mas, Deputado, o Senhor não pode fugir da verdade.

O Sr. Ferrari Júnior - A pergunta que o Deputado Ivan faz a Vossa Excelência, eu tenho a impressão de que não seria Vossa Excelência quem deveria responder, e sim, ele.

Eu sei que Vossa Excelência é amigo pessoal do Deputado Paulo Malluf. Tenho a impressão que o Deputado Ivan Gubert é quem tem que responder, porque o PFL, Partido do Deputado Ivan, é quem apoia o Deputado Paulo Malluf, em São Paulo.

(Vozes sobrepostas).

O SR. GABRIEL MANOEL - O Deputado Ivan Gubert, ele está sofismando, ele está se fazendo de vítima para bater no coveiro.
(Vozes sobrepostas).

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Já lhe dou o aparte, só quero complementar. O Deputado Ivan Gubert ficou tremendo na frente do Presidente da República.

(Vozes sobrepostas).

Vossa Excelência tem o aparte, Senhor Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Obrigado pelo aparte. Eu entendi, ilustre Deputado, no seu pronunciamento, que os companheiros do PTB apoiam o Senador Álvaro Dias, porque vem de encontro um homem que tem currículo e que é a melhor escolha para o Paraná, é isso Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL - Perfeitamente.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Parabéns ao PTB, parabéns aos Senhores Deputados, pela brilhante escolha, que vem comprovar realmente, que o Senador Álvaro Dias é um moço cheio de currículo e está apto a ser o nosso Governador.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Deputado Manfrinato, diz o adágio popular: "A felicidade procurada corre e a esperança é sempre a última que morre" Porque com a Frente Liberal nós não temos esperança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à representação do PL.
(Declina).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa, com base na Resolução n. 02/71, abre prazo por 3 (três) dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 06 do corrente mês, para oferecimento de Emendas às proposições n. 88/86 e 91/86, Propostas de Emendas à Constituinte Estadual, de autoria do Poder Executivo e Mensagem n. 81/86, do Sr. Deputado Márcio Almeida e outros.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nestor Baptista, na qualidade de Líder do Governo e do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados como mem-

bro da Comissão de Constituição e Justiça. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nestor Baptista, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Trajano Bastos para substituir o Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos na Comissão Especial de Reforma à Constituição. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na votação para o Projeto de lei n. 33/86, sobre toda a matéria constante da Ordem do Dia, bem como para o Projeto de Resolução n. 33/86. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando preferência de votação e dispensa de Redação Final ao Projeto de Resolução n. 33/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 42/86, que aprova termos aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio, com a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco e a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, conforme especifica. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando preferência de votação, para o Projeto de Lei n. 97/86, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado. À Diretoria Legislativa. De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 33/86, objetivando criar, na Secretaria de Estado da Educação, 1 (um) cargo de provimento em Comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C.

Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação e, após, procederá a chamada nominal Srs. Deputados.

(É procedida a verificação de votação).

17 Srs. Deputados aprovam; 13 Srs. Deputados rejeitam.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o Projeto.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.^o Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados. Mas estão no plenário trinta Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

31 Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 33/86 (Mensagem n. 42/86, ex-Proposição n. 59/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova termos aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco e a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, com vistas à complementação de recursos e à prorrogação do prazo de vigência dos convênios originários.

Aprovado, artigo por artigo.

3.^a Discussão - Do Projeto de Lei Complementar n. 97/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 68/86), que objetiva inclusão no art. 2.^o, parágrafo único, da Lei Complementar n. 21, de 26.10.84, o item VI, com a redação que especifica. (Revisão de proventos dos aposentados entre a data da Lei n. 7051, de 04.12.78 e 01.03.80). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.^a Discussão - Do Projeto de Lei n. 166/85, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, NILSO SGUAREZI e DJALMA CÉSAR, que torna obrigatória a remessa à Assembleia Legislativa dos processos de qualquer espécie de licitação da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou vinculadas e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a Discussão - Do Projeto de Lei n. 189/85, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIR que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Lei n. 135/84, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de utilidade pública a "Associação dos Criadores da Região de Cianorte - ACRINORTE", com sede e foro no município de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - do Projeto de Lei n. 292/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor NELSON VETTORELLO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Lei n. 62/86, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que objetiva a contagem de férias em dobro, de exercícios anteriores a 1985, dentro dos prazos e condições que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - do Projeto de Lei n. 111/86, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que estabelece normas para o registro de Oficinas Mecânicas de Desmanches de Veículos, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 95/85, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, fica criada na estrutura da Assembleia Legislativa uma creche, destinada a abrigar os filhos de servidores do Poder, que estejam compreendidos na faixa de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da Comissão Executiva e da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 26/86 (Mensagem n. 07/86, ex-Proposição n. 29/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio celebrado

em 11.11.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com a interveniência do DER, e a autarquia municipal Serviço de Pavimentação de Londrina, objetivando o recapamento asfáltico e a execução de operação tapa buraco em vias da municipalidade.

Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 27/86 (Mensagem n. 09/86, ex-Proposição n. 31/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os termos aditivos celebrados em 07.06.85, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com os municípios de Faxinal e Curitiba, visando a complementação de recursos financeiros para a execução de obras, com utilização de tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa solo-cimento. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 29/86 (Mensagem n. 33/86, ex-Proposição n. 49/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura com os municípios de Clevelândia-27.11.85, Lobato-21.11.85, União da Vitória-28.11.85, com os objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 30/86, (Mensagem n. 35/86, ex-Proposição n. 51/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o ajuste celebrado em 10.11.85 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando a execução do teste de progênie em bovino leiteiro, no Estado do Paraná.

Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 31/86 (Mensagem n. 38/86, ex-Proposição n. 54/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os convênios celebrados em 09.01.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios adiante relacionados, com a participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR. na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - do Projeto de Resolução n. 32/86 (Mensagem n. 40/86, ex-Proposição n. 57/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado em 01.11.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e da MINEROPAR, e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, com vistas à execução do Projeto Geológico "Aspectos Estruturais e Estratigráficos do Grupo Açungui no Estado do Paraná".

Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 34/86 (Mensagem n. 41/86, ex-Proposição n. 58/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o termo de revigoração de 20.12.85, ao convênio celebrado em 17.06.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão com vistas a determinar novo prazo e complementar recursos para a execução do projeto. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 35/86 (Mensagem n. 43/86, ex-Proposição n. 60/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com o Ministério da Indústria e do Comércio de 19.11.85; com Ministério da Indústria e do Comércio e a Secretaria da Indústria, Comércio e Minas de Pernambuco, de 05.12.85; e Universidade Federal do Paraná de 27.12.85, todos com objetivos adiante mencionados. Artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 36/86 (Mensagem n. 53/86, ex-Proposição n. 67/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os convênios celebrados em 06.02.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, com a interveniência da SUDESUL e os municípios que especifica, com vistas à recomposição do sistema viário da área impactada pela formação do Reservatório da Hidrelétrica de Itaipu. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 37/86 (Mensagem n. 54/86, ex-Proposição n. 70/86); oriundo do PARECER APROVADO POR

UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio celebrado em 09.12.85, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias do Planejamento, dos Transportes e do DER, e a SUDESUL, objetivando a recomposição do sistema viário regional do oeste paranaense.

Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 38/86 (Mensagem n. 60/86, ex-Proposição n. 75/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado em 16.10.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o município de Corbélia, visando a realização da II Festa das Flores na municipalidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 39/86 (Mensagem n. 71/86, ex-Proposição n. 79/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado em 24.04.86 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando a realização do Encontro Nacional de Órgãos Estaduais de Articulação com os municípios. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 40/86 (Mensagem n. 51/86, ex-Proposição n. 68/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado em 05.02.86 entre o Estado do Paraná e a PETROBRÁS, com a interveniência da Petrobrás Distribuidora S.A., do Banco do Estado do Paraná S.A. e do DER/PR, objetivando o fornecimento de asfaltos, para a aplicação em obras de pavimentação do sistema viário do Estado do Paraná. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1.^a Discussão - Do Projeto de Lei n. 208/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que autoriza o Poder Executivo a criar, na Coordenadoria da Receita do Estado, da Secretaria de Estado das Finanças, o Grupo Ocupacional de Planejamento, Administração e Apoio - "PAA", e dá outras providências. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria e PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o en-

vio da matéria constante do Projeto de Lei n. 208/84 ao Sr. Governador do Estado, como sugestão e que o mesmo seja retirado definitivamente e o seu conseqüente arquivamento. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

EM VOTAÇÃO

1.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 17/86, (Mensagem n. 12/86, ex-Proposição n. 33/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado em 02.10.85, entre o Governo do Estado do Paraná e a União, por intermédio da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o Ministério da Ciência e Tecnologia, com interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com vistas à consolidação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 18/86 (Mensagem n. 15/86, ex-Proposição n. 36/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os convênios celebrados em 10.12.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios adiante apontados, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética - PME/PR - Programa de Investimentos em Transportes Urbanos. Aprovado.

3.^a Discussão - Do Projeto de Lei n. 330/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública estadual a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA", com sede naquele município e foro na comarca de Ubiratã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a Discussão - Do Projeto de Lei n. 306/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que denomina "RODOVIA LUIZ VITORINO MARQUES" a estrada que liga a PR-479 Moreira Sales-Tuneiras do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a Discussão - Do Projeto de Lei n. 42/86, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao doutor RENÉ ARIEL DOTTI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a Discussão - Do Projeto de Lei n. 90/86, de autoria do PODER EXECUTIVO -

Mensagem n. 55/86, que autoriza o Poder Executivo doar à Guarda-Mirim de Engenheiro Beltrão, a data de terras n. 15, da Quadra n. 36, com 779,80m, situada na sede do município de Engenheiro Beltrão e objeto do registro n. R01/7599, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca. Com PARECER APROVADO da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando dispensa da votação da Redação Final para os Projetos aprovados em 3ª Discussão e que não sofreram emendas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Duílio Bernini, ocorrido no dia 31 de julho do corrente ano, no Município de São João do Ivaí. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Bahls, ocorrido no dia 27 de julho do corrente ano, no Município de Manoel Ribas. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Mafalda Ortega, ocorrido no dia 29 de julho do corrente ano, no Município de Dr. Camargo. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Luíza Rampazzo, ocorrido no Município de Marialva. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência e inclusão na Ordem do Dia, dos Projetos de Lei n. 292/84, 153, 227, 249, 293, 305 e 312/85, e 36, 45, 52, 59, 61, 68 e 72/86. - À Diretoria Legislativa, para ver os projetos que estão em condições de serem incluídos na Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência do Projeto de Lei n. 92/86, que cria a Secretaria de Estado da Comunicação Social. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Município de Cle-

velândia, pela passagem do 94.º aniversário de Emancipação Política. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal regional eleitoral, viabilizando a suspensão do plebiscito marcado para o dia 27 de julho do corrente ano, no Município de Tapira. - Este requerimento, no entender da Presidência, está prejudicado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Jornal "Gazeta do Povo" e à Rede Paranaense de Televisão, pela conquista do primeiro e segundo lugares no Concurso de Reportagem sobre a Estrada de Ferro Central do Paraná. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo apoio para cercar a Escola Estadual Vila Rica do Espírito Santo - Ensino de Primeiro Grau, do Município de Fênix. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica, da estrada que liga a Usina Sabará - Alcool, à localidade de Ivailândia, até a BR-317, no Município de Engenheiro Beltrão. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a construção de um quadra esportiva no Colégio Estadual Adauto da Silva Rocha, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, localizada no Distrito Administrativo de Luiziana, no Município de Campo Mourão. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando o envio de um congelador para a Escola Estadual São Judas Tadeu, Ensino de Primeiro Grau, no Município de Quinta do Sol. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a destinação de um engenheiro agrônomo, para o Município de Roncador. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de um trevo na BR-369, no acesso ao município de Juranda. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, viabilizando a construção de um refeitório para a Escola Estadual D. Pedro II, Ensino de Primeiro Grau, no Município de Janiópolis. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a redução do valor pago nas prestações das casas populares, do Município de Iretama. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação do Segundo Grau, no Distrito Administrativo de Rancho Alegre d'Oeste, no Município de Goioerê. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando o envio de máquinas de datilografia, para o Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, do Município de Fênix. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, para que o mesmo tome conhecimento dos graves problemas enfrentados pelos celetistas da Secretaria das Finanças. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo o acompanhamento dos trabalhos da Comissão Paritária, sobre os problemas do funcionalismo do Estado. -

Aprovado. À Diretoria Legislativa:

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, para que o mesmo tome conhecimento dos graves problemas enfrentados pelos funcionários celetistas da Secretaria das Finanças. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo uma viatura para atendimento da Delegacia de Polícia do Município de Ipiranga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo providências, no sentido de que seja evitada a construção da "Estrada do Colono", que vai ameaçar o Parque Nacional do Iguaçu. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata). À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Administração, encarecendo a prorrogação dos contratos de comodato celebrados entre o Departamento Estadual de Transporte Oficial e a Cooperativa Agrícola de Irati Ltda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação encarecendo a elevação do muro da Escola Estadual Ribeiro de Campos- Ensino de 1.º Grau, do Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a designação de um engenheiro agrônomo, para o Município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de livros de literatura, para a biblioteca do Município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a reforma do piso da quadra esportiva, da Escola Estadual 14 de Dezembro - Ensino de 1.º Grau, do Município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, a Senhora Secretária da Educação, encarecendo pintura nas instalações da Escola Estadual Dom Bosco - Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Município de Mariluz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de uma ambulância, devidamente equipada, para o Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de um ginásio de esportes, no Município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo reparos na Escola Estadual Dona Leopoldina - Ensino de 1.º Grau do Município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a construção de uma quadra de esportes no Colégio Estadual João XXIII - ensino de 1.º e 2.º Graus, do Município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação do Curso de Magistério, a nível de 2.º Grau, no Colégio Estadual Tiradentes, desta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a

construção de uma Cancha de Esportes, no Distrito de Alvorada, Município de Pitanga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo reparos na sinalização da PR- 468, por intermédio do D.E.R., no trecho que liga os Municípios de Janiópolis a Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário de Planejamento da Presidência da República e ao Senhor Presidente da TELEBRÁS, encarecendo que a TELEPAR seja autorizada a reinvestir o seu "superavit" anual de caixa, a fim de suprir as necessidades do Estado, no setor de atendimento e expansão das telecomunicações. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição, nos Anais desta Assembléia Legislativa, do artigo intitulado "Parques Nacionais em grave perigo", publicado no Jornal "Gazeta do Povo". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, com apoio de diversos Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, viabilizando a criação da Secretaria de Estado da Região Oeste Paranaense. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, viabilizando o atendimento odontológico, no mini-posto de saúde da Escola Estadual Vinícius de Moraes, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica na estrada que liga os Municípios de Peabiru a Terra Boa, passando pela placa União. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo serviços de

reparos na sinalização da BR-272, por intermédio do D.E.R., no trecho que liga a cidade de Campo Mourão a Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo medicamentos para o mini-posto de saúde do Distrito de Alvorada, Município de Pitanga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 140/83, que dispõe sobre a transformação da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos em Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Humana, tendo em vista a sanção do Projeto de Lei n. 51/86- transformado na Lei n. 8.286 - que criou a Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo estudos no sentido de se estender o ensino de 5.^a a 8.^a série, no Colégio Estadual Barão do Rio Branco, na Vila Guadiana, Município de Mandaguçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo uma revisão nas vantagens dos funcionários que prestam serviços nas CIRETRANS e Postos de Serviços de Trânsito. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Superintendente Regional de Operações do Banco do Brasil, encarecendo estudos no sentido de se criar a carteira de câmbio autônoma e complexo próprio de soja, para o Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo a colocação de coberturas nos pontos de ônibus da Rua Edson Campos Matesich - Jardim Ipê, Santa Felicidade e seus arredores, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do

expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações, ao Deputado Federal Antônio Mazurek, pela aprovação pela Câmara Federal, do Projeto de sua autoria, instituindo a Universidade Federal do Oeste do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a instalação de rede de eletrificação rural, entre os Distritos de Barreiro e Baixa Funda, à margem da rodovia que liga os Municípios de Reserva a Cândido de Abreu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação do Distrito Judiciário de Bourbonia, do Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, viabilizando a destinação de novos armamentos, para a delegacia de polícia do Município de Engenheiro Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da matéria publicada pelo Jornal "Correio de Notícias" no dia 26 de julho do corrente ano, de autoria do Jornalista Geraldo Mazza, sob o título "Convergência dos Ritos". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pelo "Dia do Agricultor", ocorrido no dia 28 de julho do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Jornal "Ilha Grande", do Município de Guaíra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbosa Ferraz, pelo humanitário e dinâmico trabalho rea-

lizado aos seus mais de oito mil associados. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à "Gazeta do Povo", pela publicação de cem mil exemplares. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja marcada uma Sessão Solene para o dia 21 de agosto do corrente ano, às 10:00 h, para ser comemorada a "Semana do Excepcional". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Jornal "Gazeta do Povo", pelo record alcançado com a tiragem de cem mil exemplares de sua edição do dia 03 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de Fazenda Rio Grande, criado pela Lei n. 7521, de 16 de novembro de 1981, no Município de Mandirituba, Comarca de São José dos Pinhais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao piloto brasileiro Ayrton Senna, por sua demonstração de patriotismo durante o Campeonato de Automobilismo disputado nos Estados Unidos, quando ao vencer a prova, pediu a um torcedor a Bandeira do Brasil e deu uma volta olímpica com o pequeno pavilhão Nacional desfraldado ao vento. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de rodovia, ligando a Cidade de Barbosa Ferraz ao Distrito de Cobumbataí do Sul, Distrito de Bourbônia e o trevo rodoviário do Distrito de Lousiana, Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo seja estendido aos viajantes autônomos os mesmos benefícios dados aos taxistas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela posse da nova diretoria da União dos Portuários de Paranaguá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo estudos no sentido de ser construída uma ponte sobre o Rio Piquiri, ligando os Municípios de Laranjeiras do Sul e Palmital, no Distrito de Paiquerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Jornalista Antônio D'Aquino Borges, pelos 43 anos de relevantes serviços prestados à RFFSA. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário, o Distrito Administrativo de Bourbônia, criado pela Lei n. 7327, de 09 de junho de 1980, no Município de Barbosa Ferraz, com sede na localidade do mesmo nome. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo que a guarita da PRE seja instalada nas proximidades do Município de Santa Helena, na altura do Município de Céu Azul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a ligação asfáltica na estrada que liga os Municípios de Peabiru a Terra Boa, passando pela Placa União. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 135/84, 292/85, 42/86, 111/86 e dos Projetos de Resolução n.s 95/85, 26/86, 27/86, 29/86, 30/86, 31/86, 32/86, 34/86, 35/86, 36/86, 37/86, 38/86, 39/86, 40/86.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 62/86, e dos Projetos de Resolução ns. 17/86, 18/86.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 14/86 e do Projeto de Resolução n. 53/86.
Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO TADEU LÚCIO MACHADO, EM SESSÃO DO DIA 05 DE AGOSTO DE 1986.

"CONVERGÊNCIA DOS RITOS"

Jornal "Correio de Notícias"

Recebi mais de uma reprimenda por haver feito analogia, válida como licença poética e instrumento didático, entre os ritos da religião e os da política. Antes que o anátema me coloque perto da sauna de Belzebu, onde os curitibanos do tacho de fezes fazem onda para tirar sarro das almas penadas, sustentadas na ponta dos pés, esclareçamos que os sinais de depuração, confissão, contrição e comunhão são permanentes na militância profana. Os heréticos sofrem penas que vão do "isolamento" à excomunhão, o cartão vermelho que substitui o gládio do Anjo do Senhor expulsando Adão e Eva do Parque do Barigüi. Há algo mais semelhante à confissão religiosa, à purgação do pecado, do que o exercício público da autocritica, regra de ouro dos partidos comunistas nos tempos em que o arrependimento salvava? E por acaso os créditos que militantes e líderes recebem com direito a cometerem infinitas asneiras e atos de corrupção não lembram nitidamente as indulgências plenárias, que se concedem aos gestos e espíritos de eleição? E a Eucaristia, então, momento maior, de intensa catarse não seria o sinal máximo e da mais profunda e radical das igualdades, meta de todas as utopias políticas, do rebanho humano na socializante partilha do pão, centelha da eternidade, substância e ação, nivelamento solidário da gratidão à vida, que não degrada, por sobrepor-se à morte e revelar em sua inteireza o homem como sujeito e não objeto de sua própria reconstrução?

A LIBERTAÇÃO

PÔ, o período acima até parece arrancado do púlpito e das falas de meus irmãos em Cristo, o pastor da terra, Osvaldo Soeiro Emerich ou o gênio de Leonardo Boff. Valha a lembrança deste, ainda recentemente submetido à provação do "silêncio obsequios" por força do fermento de sua pregação, que obriga a instituição a reexaminar-se nas relações entre o seu

discurso e a sua prática ao lado da rigidez da sua hierarquia verticalizada. E quem teria em toda a América Latina, para não dizer no mundo avançado, tanto no campo da doutrina como esses tradutores do Evangelho da Libertação, suplantando pela vivência do oprimido a visão de Joseph Comblin? A resposta vai muito além dos clichês do marxismo e dos que trataram do tema da libertação, quase sempre traduzido em intermináveis lutas e de eficácia duvidosa, na guerrilha ou na sedição civil, para incorporar de forma permanente - e não apenas transitória e da moda - essa procura de sincronia entre a fé e a mudança. Sob o ponto-de-vista do conhecimento o avanço teórico-prático dessas proposituras vão muito além do aparato crítico dos cientistas políticos. Tudo isso vale para mostrar a propriedade de por vezes inter-relacionarmos não apenas os rituais mas o próprio conteúdo dos valores religiosos à prática política.

LEBRET, UM EXEMPLO

Um exemplo dessa convergência é fornecido pela própria experiência de planejamento no Paraná, onde se percebe fortemente a influência do pensamento de Lebrete e também das suas intervenções metodológicas na matéria. Enquanto até o tempo de Bento Munhoz da Rocha Netto, os maritanistas, neotomistas, davam forma à contribuição política como corrente bem definida é a partir dos anos 60 que as ações do padre J. Lebrete, no campo técnico, junto à Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, aparecem como soluções de reformas estruturais. E foi no embalo das reformas de base do tempo de Jango Goulart, cantadas no solavanco que o País enfrentava na decisão de modernizá-lo e integrá-lo à economia mundial como drama dos desníveis regionais entre regiões e os sociais entre classes, que tivemos o primeiro plano de desenvolvimento ajustado ao anseio de mudanças. E chegou no momento certo quando Ney Braga, deflagrava o momento mais revolucionário em termos de mudança da história recente com o ataque à infra-estrutura econômica, o enfrentamento da questão da terra (numa tacada no Sudoeste, auxiliado pelo coronel Brasília Marques Sobrinho e numa operação que contou com a inteligência de Deni Schwartz, foram assentadas mais de 50 mil famílias, o que torna a Reforma Agrária de agora uma piada). O Plano de Lebrete, isso é dos seus discípulos, como o padre Benevenuto de Santa Cruz, é tradução do "solidarismo cristão" no diagnóstico e nas metas. Pena que tenha chegado em 1963, pois um ano depois o País mergulharia numa noite medieval. Hoje é um documento válido, mas apenas referencial.

O setor de planejamento está desmotivado e desaparelhado pelas incursões de primatas ideológicos no Estado e no município; áulicos travestidos de teóricos, donos de massa crítica que não passa de um marxismo suburbano em compota. Agora o Paraná precisa rever-se, reavaliar-se e mais uma vez perceberemos a cintilação do fundamento que aproxima a religião da política, mas que nem por isso deva fabricar necessariamente "ayatolás" ou Kadafis.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO MÁRCIO ALMEIDA, EM SESSÃO DO DIA 05 DE AGOSTO DE 1986.

"ESCREVA PRA ELE.

Nilson Monteiro
Jornal "Folha de Londrina".

O Parque Nacional do Iguaçu, continua ameaçado. O Governo Estadual ensaia algumas explicações, inventa soluções "menos predatórias", mas deter ou acabar com a "Estrada do Colono" de vez, nécas. E esta (ensodo o Conselho Estadual de Educação), é a única solução.

E a ameaça continua, apesar de, há algum tempo, a estrada ter sido denunciada por entidades preocupadas com a vida. A APMA - Associação de Proteção ao Meio Ambiente - de Cambé, por exemplo, desde o ano passado tem mobilizado a opinião pública contra o que qualifica de "atentado à natureza". José Júlio Azevedo, presidente da APMA e Secretário da Cultura de Cambé, frisa que um documento distribuído por esta entidade lembrava, já em 85: "Prá ganhar pouco mais de 100 quilômetros, os tecnocratas querem construir uma estrada asfaltada, violando um dos poucos santuários ecológicos que restam no Paraná. Cortar esta floresta poderá significar o começo da devastação de um dos mais belos parques do País - e oficializado pela Unesco/Nações Unidas como Patrimônio Natural da Humanidade"!

Azevedo reforça: "A lei é clara. Obscuros são os motivos que levam os homens a praticarem atentados contra a natureza. Obscuros e absurdos. É preciso lembrar que a mesma população de Capanema, que é uma das pontas das estrada, já teve que sair às ruas para protestar contra uma usina projetada pela Eletrobrás, que inundaria milhares de terras férteis - inclusive matas do Parque Nacional do Iguaçu. E ganhou a batalha.

Assim como o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Estadual de Educação, além da ADEA e de outras entidades de defesa do meio ambiente que estão engajadas contra a construção da estrada, a APMA insiste que as autoridades estaduais deve-

riam observar a lei: "Trata-se de uma área inviolável, de preservação permanente. Segundo a legislação que protege parques e reservas ecológicas, todo e qualquer projeto que ameace sua integridade é crime contra a Segurança Nacional. Trata-se de patrimônio público essencial e símbolo da pátria". Contudo, os responsáveis pela entidade não se iludem: "Neste Brasil sem muita ética, muitos homens pensam que podem utilizar-se de cargos e instituições governamentais para fazer o que querem, autoritariamente e à revelia das leis. O Paraná, perdeu, com a cumplicidade de nossas autoridades, as Sete Quedas. Perdemos também o Parque, cujas matas protegem as cataratas do Iguaçu?".

A APMA indica uma atitude a ser tomada por todos que são contra a pavimentação da estrada no meio do Parque Nacional do Iguaçu: escrever para o Presidente da República e para o Ministério dos Transportes. E dá os endereços: Presidência da República: Palácio do Planalto - 70150 - Brasília-DF. Ministério dos Transportes: Esplanada dos Ministérios, Bloco 9, 8. andar, sala 800 - 70062 - Brasília- DF.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO GILBERTO CARVALHO, EM SESSÃO DO DIA 05 DE AGOSTO DE 1986.

"PARQUES NACIONAIS EM GRAVE PERIGO"

João José Bigarella
Jornal "Gazeta do Povo".

Uma estória. Era uma vez...

As eleições na Província aproximavam-se.

Alguns candidatos faziam de tudo. Nada importava se os métodos eram, ou não, legais. Na ansiedade eleitoreira, seguiu para a Metrópole uma comitiva montada em fogosos corcéis alados para suplicar que Sua Majestade Imperial e seus ministros se dignassem a mudar as regras do jogo.

O padrão cultural da Metrópole, muito superior ao da Província, resiste e opõe-se às pretensões provincianas. Entram as pressões políticas e os aconchavos de cá e pega lá. A Metrópole abala-se. Vem o suborno.

Qual a pretensão provinciana?

Nem imaginem. Querem invadir o reino vizinho. O reino de Sua Majestade a Panthera onça. Os súditos estão em pânico. A corte apela para que os tratados de não agressão e de boa vizinhança, sejam respeitados. Eles bem sabem que o macaco nu, habitante do outro lado da fronteira, é o maior vilão da natureza...

Uma realidade. Não "era uma vez", é!

O governo do Paraná, vai novamente a Brasília propor ao governo federal a mutilação do Parque Nacional do Iguaçu. Solicita autorização para implantação da rodovia asfaltada cortando o Parque e, dessa forma, descaracterizar o grande e complexo ecossistema que se quer preservar, por sinal, único em seu gênero no Brasil.

Do ponto de vista legal, a pretensão do governo do Paraná é destituída de fundamentos, absurda, imoral, corrupta e subversiva.

O presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF - foi bem claro em ofício dirigido a Sua Excelência o governador José Richa, em 18 de Março de 1986. Destacamos o seguinte parágrafo:

"Por oportuno informo a Vossa Excelência que, apesar do assunto já ter sido exaustivamente estudado anteriormente, determinei o seu reexame pelos setores técnicos e jurídicos do Instituto, não tendo sido apontada, contudo, alternativa que justificasse o atendimento do pleito desse digno governo, vez que o impedimento da pavimentação daquela Rodovia é preconizado pelo Decreto n. 84.017, de 21.09.79, pelos Acordos Internacionais, além dos pareceres técnicos e jurídicos, contrários à execução de obras rodoviárias, ferroviárias, oleodutos, linhas de transmissão, etc., que não sejam de interesse das Unidades de Conservação".

Perguntamos: Onde está a moral do governo em insistir?

E os Acordos Internacionais como ficam?

Adiantamos que a ADEA tudo fará para que a opinião pública nacional e internacional repudie a pretensão governamental nitidamente ditatorial e partidária. Pretensão essa que desrespeita a ordem jurídica do País em interesse altamente discutível de pequenos grupos em campanha eleitoral.

Por sinal, a ADEA já ingressou no Ministério Público, com farta documentação junto a Promotoria da Justiça baseada na Lei de garantias aos Direitos Difusos (Lei n. 7.347/85), afim de sustar as intenções governamentais.

Não estamos sós.

O Conselho de Cultura do Paraná, por unanimidade, já se posicionou contra a mutilação do Parque Nacional do Iguaçu.

Numerosos cidadãos e associações comunitárias e ambientalistas enviaram mensagens ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e aos Senhores Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, manifestando preocupação e repúdio à solicitação de elementos do governo do Paraná para que a legislação venha a ser modificada a favor de interesses

pessoais, desprotegendo não apenas o Parque Nacional do Iguaçu, como os demais parques brasileiros.

A situação é gravíssima e o precedente inconcebível!. ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N. 223/86

- I - exonerar, a pedido, IHOR BARANHUK, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Administração de Pagamentos da Diretoria Financeira.
- II - designar o referido funcionário, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Primeira Secretaria, percebendo as vantagens inerentes.

DECRETO LEGISLATIVO N. 224/86

- I - revogar o Decreto Legislativo n. 187/85, que designou CARLOS AUGUSTO FERNANDES, matrícula n. 116, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Primeira Secretaria.
- II - prover CARLOS AUGUSTO FERNANDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Administração de Pagamentos, da Diretoria Financeira.

Palácio XIX de Dezembro, em 08/07/86.

DECRETO LEGISLATIVO N. 232/86

- I - exonerar, a pedido, VERA LUCIA JAREK, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Segunda Secretaria.
- II - prover, VERA LUCIA JAREK, para exercer o cargo em comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

(Protoc. n.6048).

DECRETO LEGISLATIVO N. 233/86

- I - revogar o item III, do Decreto Legislativo n. 226/85, que designou HERCULANO CORDEIRO, para exercer as funções de Assessor do Gabinete da Segunda Secretaria.
- II - designar GABRIEL BROTTTO, matrícula n. 335, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Segunda Secretaria.

(Protoc. n. 5760).

DECRETO LEGISLATIVO N. 234/86

- exonerar, a pedido, ALZELI BASSETI PROCHAMANN, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Adhail Sprenger Passos.

(Protoc. n. 6003)

DECRETO LEGISLATIVO N. 235/86

prover, EDILMA VERA RANGEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Adhail Sprenger Passos.

(Protoc. n. 6056).

DECRETO LEGISLATIVO N. 236/86

prover, PATRÍCIA LETÍCIA UBA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Comissão de Constituição e Justiça.

(Protoc. n. 6148).

DECRETO LEGISLATIVO N. 237/86

prover, ARION PAULO DE CASTRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

(Protoc. n. 6134).

DECRETO LEGISLATIVO N. 238/86

I - exonerar, a pedido, JOSÉ MARIA SCHNEIDER, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa.

II - exonerar, a pedido, ALTAIR RAMALHO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa.

III - prover, JOSÉ MARIA SCHNEIDER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa.

IV - prover, ALTAIR RAMALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa.

(Protoc. n. 6062).

DECRETO LEGISLATIVO N. 239/86.

prover, ELIANE MARIA SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

(Protoc. n. 6007).

DECRETO LEGISLATIVO N. 240/86

prover, EDI IZABEL CENCI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDS.

(Protoc. n. 6006).

DECRETO LEGISLATIVO N. 241/86

I - exonerar, a pedido, EZEQUIAS DE LIMA PEREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Artagão Mattos Leão.

II - prover, JOSÉ AUGUSTO ZAGUINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Artagão Mattos Leão.

(Protoc. n. 6010).

DECRETO LEGISLATIVO N. 242/86

I - exonerar, a pedido, MUIRAQUITAN SÁ CHAVES, do cargo em Comissão, símbolo 4-C,

do Gabinete do Deputado Tércio Albuquerque.

II - prover, SERGIO LUIZ BAHL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Tércio Albuquerque.

(Protoc. n. 5828)

DECRETO LEGISLATIVO N. 243/86

I - exonerar, a pedido, PEDRO HUMBERTO ZANUSSO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso.

II - exonerar, a pedido, CLAUDIO HIROTO KITAMURA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Basílio Zanusso.

III - prover, PEDRO HUMBERTO ZANUSSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Basílio Zanusso.

IV - prover, ELIZATY MAZZOTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso.

(Protoc. n. 5975)

DECRETO LEGISLATIVO N. 244/86

prover, WALDOMIRO PEREIRA LEITE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

(Protoc. n. 5727).

DECRETO LEGISLATIVO N. 245/86

I - exonerar, a pedido, ANECI MARIA CHERO-BIM CONSENTINO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora do Gabinete da Liderança do Governo.

II -prover, SONIA MARIA LEITE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora do Gabinete da Liderança do Governo.

(Protoc. n. 5642).

DECRETO LEGISLATIVO N. 246/86

I - exonerar a pedido, ROSANA CRISTINA DE C. BROCCA MUSSOLINI, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Augusto Carneiro.

II - prover, MAURÍCIO CALDAS CARNEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Augusto Carneiro.

(Protoc. n. 3883).

DECRETO LEGISLATIVO N. 247/86

prover, AGENOR JOSÉ ELIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do Partido Liberal.

(Protoc. n. 6054).

DECRETO LEGISLATIVO N. 248/86

I - exonerar, a pedido, MAURO CESAR DE QUADROS, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ervin Bonkoski.

II - exonerar, a pedido, LAUDELINO CESAR

SCHNEIDER, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Ervin Bonkoski.

III - prover, NILO ARAUJO GAMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ervin Bonkoski.

IV - prover, ARNOLDO JOAQUIM DIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Ervin Bonkoski.

(Protoc. n. 6052)

DECRETO LEGISLATIVO N. 249/86

I - exonerar, a pedido, FERNANDO DOS SANTOS FERNANDES, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli.

II - prover, LUIZ JORGE REGINATO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli.

(Protoc. n. 5807).

DECRETO LEGISLATIVO N. 250/86

I - exonerar, a pedido, BEN-HUR PEREIRA TEIXEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti.

II - prover, ROGERIO IURK RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti.

(Protoc. n. 5636).

DECRETO LEGISLATIVO N. 251/86

I - exonerar, a pedido, BEN-HUR LOVENSTEIN CANDEU, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Acir Mezzadri.

II - prover, LEONIDAS GAISSLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Acir Mezzadri.

(Protoc. n. 5802)

DECRETO LEGISLATIVO N. 252/86

I - exonerar, a pedido, NEUSA GOMES GONÇALVES, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Sabino Campos.

II - prover, JOSÉ NERI DAS CHAGAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Sabino Campos.

(Protoc. n. 5487)

Palácio XIX de Dezembro, em 21/08/86.

DECRETO LEGISLATIVO N. 253/86

retificar o Decreto Legislativo n. 441, de 25 de novembro de 1985, para declarar que a aposentadoria, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, Art. 140, itens I e III e Art. 170 e parágrafo único da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, de HUGO MARTINS KOSOP, matrícula n. 068, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais do seu cargo efetivo, acrescidos das seguintes vantagens: cinco (05) quinquênios incorporados, cinco (05)

triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n. 02/64 e cem por cento (100%) do respectivo vencimento de gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos do Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de agosto de 1984, e não como consta naquele ato.

(Parecer n. 117, de 05/05/86, do Gabinete da Procuradoria deste Poder).

Palácio XIX de Dezembro, em 30/07/86.

DECRETO LEGISLATIVO N.254/86

reajustar os proventos de inatividade de PAULO DO CANTO PACHECO, matrícula n.134, deste Poder, com base no valor correspondente à remuneração da simbologia DAS-4, de acordo com o que determina a Lei n.8.330, de 03 de julho de 1986 e Art.140, item III, da Lei n.6174, de 16 de novembro de 1970, acrescidos de dois (02) triênios incorporados, de acordo com o Art.4.º e parágrafo único, da Resolução n.2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com o Art.170 e parágrafo único e Art.171, §§ 1.º e 2.º, da referida Lei n.6174 e vinte e cinco por cento (25%) incorporados ex-vi do Art. 113, item I, combinado com o § 1.º, do Art.122, da Lei n.293, de 24 de novembro de 1949.

(Protoc. n.5946).

DECRETO LEGISLATIVO N. 255/86

prover, FRANCISCO AZEVEDO PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Edilson Alencar Barbosa.

(Protoc. n. 6301).

Palácio XIX de Dezembro, em 30/07/86.

DECRETO LEGISLATIVO N. 256/86

I - exonerar, a pedido, ILDA CARTÁRIO RIBEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenação de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal.

II - prover, ILDA CARTÁRIO RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, DAS-4, de Diretora Adjunta, da Diretoria de Apoio Técnico.

(Protoc. n. 6339).

DECRETO LEGISLATIVO N. 257/86

I - exonerar, a pedido, LISPETA PEREIRA RIBEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretora Adjunta, da Diretoria de Apoio Técnico.

II - prover, LISPETA PEREIRA RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenação de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal.

(Protoc. n. 6340).

DECRETO LEGISLATIVO N. 258/86
prover, NILCE ALVES POLI MILANI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Secretária da Comissão Executiva.

DECRETO LEGISLATIVO N. 259/86
I - exonerar, a pedido, ÂNGELA CURI MATTER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Expediente e Arquivo, da Diretoria Administrativa.
II - exonerar, a pedido, ZELMA LOPES WOJCIK, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Expediente e Arquivo, da Diretoria Administrativa.

DECRETO LEGISLATIVO N. 260/86
I - prover, ZELMA LOPES WOJCIK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Expediente e Arquivo, da Diretoria Administrativa.
II - prover, ÂNGELA CURI MATTER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Expediente e Arquivo, da Diretoria Administrativa.
Palácio XIX de Dezembro, em 31/07/86,

DECRETO LEGISLATIVO N. 261/86
prover, ALBINO SUDUL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Primeira Secretaria.
(Protoc. n. 6476).

DECRETO LEGISLATIVO N. 262/86
I - exonerar, a pedido, SÉRGIO LUIZ BAHL, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Tércio Albuquerque.
II - prover, JOSÉ ABRAHÃO TENÓRIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Tércio Albuquerque.
(Protoc. n. 6467).

DECRETO LEGISLATIVO N. 263/86
I - exonerar, a pedido, PEDRO BONTORIM, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Anibal Khury.
II - prover, IDALINO CORREA FELIX, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Anibal Khury.
(Protoc. n. 6473).

DECRETO LEGISLATIVO N. 264/86
prover, BERNADETE DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Segunda Secretaria.
(Protoc. n. 6475).

DECRETO LEGISLATIVO N. 265/86
I - exonerar, a pedido, ANDREA CREDIDIO RAVAGLIO CORDEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Air-

ton Cordeiro.

II - prover, JOSÉ CARLOS HEY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Airton Cordeiro.
(Protoc. n. 6315).

DECRETO LEGISLATIVO N. 266/86
I - promover, por antigüidade, WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe A, para o cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
II - promover, por merecimento, ARISTEU DA SILVA BERGER, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe A, para o cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N. 267/86
aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, combinado com o Art. 140, item I, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, MYRTHES MAGDA GOMES, matrícula n. 106, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos da verba de representação incorporada, conforme disposto no art. 3.º, da Lei n. 8198, de 17 de dezembro de 1985, vinte por cento (20%) da simbologia DAS-4, de acordo com o Art. 159, da mesma Lei n. 6174; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º e § 1.º da Resolução n. 02/64; cinco (05) quinquênios e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com os Arts. 170 e parágrafo único, e §§ 1.º e 2.º da mencionada Lei 6174; Gratificação de Produtividade, nos termos do Art. 1.º da Lei n. 6641, de 04 de dezembro de 1974, e cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei n. 8069, de 28 de dezembro de 1984.

(Protoc. n. 6043).

DECRETO LEGISLATIVO N. 268/86
promover, por merecimento, LAERTES LUIZ FOGGIATO, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe A, para o cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N. 269/86
I - promover, por merecimento, DURVAL DAIROS, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, para o cargo de Consultor Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
II - promover, por antigüidade, ISMAR DELAGASSA PASSOS, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, para o cargo de Consultor Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta As-

semblêia.

III - promover, por merecimento, WILIANS ROLANDO ROMANZINI, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, para o cargo de Consultor Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assemblêia.

DECRETO LEGISLATIVO N. 270/86
promover os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria de Pessoal desta Assemblêia, conforme especifica:

PARA OFICIAL LEGISLATIVO "A"

ANGELINA GARCIA PACHECO - Antigüidade
AURORA RIBEIRO GONÇALVES - Merecimento
ARACY ZECH - Antigüidade
BELKIS FERNANDES - Merecimento
CENIRA DOS SANTOS FREITAS - Antigüidade
EMILIA DE MIRANDA BECKER - Merecimento
IZAIR PEREIRA FLORES - Antigüidade
DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO - Merecimento
JOSÉ CARLOS JANJÃO - Antigüidade
ELDO GEVEZIER - Merecimento
JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA - Antigüidade
IZZOLA GLISTAU BARRICHELLO - Merecimento
JOSINA PEREIRA JANJÃO - Antigüidade
JOANA MACIEL FARIAS - Merecimento
MARCIONILIO SANCHO CAMBUHY - Antigüidade
JOSÉ CHECHELINSKI - Merecimento
MARIA DO ROCIO M. VITOSLAWSKI - Antigüidade
JOSÉ ALVES GUIMARÃES - Merecimento
OSVALDO FARIAS - Antigüidade
OLGA MARIA DA R.A.DE CAMARGO - Antigüidade
LÁZARO DA SILVA - Merecimento
MARIA DOLORES T. BARVIK - Antigüidade

PARA OFICIAL LEGISLATIVO "B"

ALCEU RAMOS - Antigüidade
ANDRELINA CORREIA ALVES - Merecimento
ALMIR MONTEIRO - Antigüidade
GABRIEL BROTO - Merecimento
BRÍGIDA LOBO KOLAROVICZ - Antigüidade
IRACY DA SILVA RUDNIK - Merecimento
FRANCISCA DA S. CAVALHEIRO - Antigüidade
IVETE HENEQUEM DRANKA - Merecimento
JACYRA MACHADO BINI - Antigüidade
LINDAMIR G. BORGONOVO - Merecimento
JOÃO FARINHAK - Antigüidade
MARIA DE LOURDES SANTOS - Merecimento
JOANA DE LIMA - Antigüidade
MARLENE PERRY GONÇALVES - Merecimento
JÚLIA JOLINSKI DE PAULA - Antigüidade
SINHORINHA BERNARDI - Merecimento
LUIZ BROTO NETO - Antigüidade
TABAJARA MARTINS - Merecimento

PARA OFICIAL LEGISLATIVO "C"

EXPEDICTO MILCZEWSKI - Antigüidade
NILTON LUIZ IMTHON BUENO - Merecimento

DECRETO LEGISLATIVO N. 271/86
fixar, a partir de 1.º de agosto do corrente, nos valores para as carreiras abaixo discriminadas, regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, conforme especifica:

MÉDICOS

Médico "A"..... Cz\$ 4.890,12
Médico "B"..... Cz\$ 3.700,00
Médico "C"..... Cz\$ 2.959,24

DENTISTAS

Dentista "A"..... Cz\$ 4.890,12
Dentista "B"..... Cz\$ 3.700,00
Dentista "C"..... Cz\$ 2.959,24

ENFERMEIRAS

Enfermeira "A"..... Cz\$ 3.500,00
Enfermeira "B"..... Cz\$ 2.959,24
Enfermeira "C"..... Cz\$ 2.564,67

PSICÓLOGOS

Psicólogo "A"..... Cz\$ 4.012,40
Psicólogo "B"..... Cz\$ 3.500,00
Psicólogo "C"..... Cz\$ 2.959,24

FISIOTERAPEUTAS

Fisioterapeuta "A"..... Cz\$ 4.890,12
Fisioterapeuta "B"..... Cz\$ 3.500,00
Fisioterapeuta "C"..... Cz\$ 2.959,24

FONOAUDIÓLOGAS

Fonoaudióloga "A"..... Cz\$ 3.500,00
Fonoaudióloga "B"..... Cz\$ 2.959,24

FARMACÊUTICAS

Farmacêutica "A"..... Cz\$ 3.500,00
Farmacêutica "B"..... Cz\$ 2.959,24

DECRETO LEGISLATIVO N. 272/86 fixar, a partir de 1.º de agosto do corrente, nos valores para as carreiras abaixo discriminadas, regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, conforme especifica:

COMPOSITORES SISTEMA POLIMAX

Comp. Sist. Polimax "A"..... Cz\$ 3.500,00
Comp. Sist. Polimax "B"..... Cz\$ 2.959,24
Comp. Sist. Polimax "C"..... Cz\$ 2.564,67

COMPOSITORES EQUIPAMENTOS COMPOSER

Comp. Equip. Composer "A".... Cz\$ 3.500,00
Comp. Equip. Composer "B".... Cz\$ 2.959,24
Comp. Equip. Composer "C".... Cz\$ 2.564,67

IMPRESSORES

Impressor "A"..... Cz\$ 3.500,00
Impressor "B"..... Cz\$ 2.959,24
Impressor "C"..... Cz\$ 2.564,67

TÉCNICO EM FOTOLITOS

Técnico em Fotolito "A"..... Cz\$ 3.500,00
Técnico em Fotolito "B"..... Cz\$ 2.959,24
Técnico em Fotolito "C"..... Cz\$ 2.564,67

TÉCNICO IMPRESSÃO CHAPAS ALUMÍNIO

Técn. Impres. C. Alum. "A"... Cz\$ 3.500,00
Técn. Impres. C. Alum. "B"... Cz\$ 2.959,24
Técn. Impres. C. Alum. "C"... Cz\$ 2.564,67

TÉCNICO EM MONTAGEM

Técnico em Montagem "A"..... Cz\$ 3.500,00
Técnico em Montagem "B"..... Cz\$ 2.959,24
Técnico em Montagem "C"..... Cz\$ 2.564,67

AUXILIARES DE ENCADERNAÇÃO

Auxiliar de Encad. "A"..... Cz\$ 3.500,00
Auxiliar de Encad. "B"..... Cz\$ 2.959,24
Auxiliar de Encad. "C"..... Cz\$ 2.564,67

BIBLIOTECÁRIO

Bibliotecário "A"..... Cz\$ 4.890,12
Bibliotecário "B"..... Cz\$ 3.700,00
Bibliotecário "C"..... Cz\$ 2.959,24

ALMOXARIFES

Almoxarife "A"..... Cz\$ 2.959,24
Almoxarife "B"..... Cz\$ 2.630,43

FOTÓGRAFOS

Fotógrafo "A"..... Cz\$ 2.564,67
Fotógrafo "B"..... Cz\$ 2.071,38

VIGILANTES

Vigilante "A"..... Cz\$ 2.564,67
Vigilante "B"..... Cz\$ 2.071,38

DATILÓGRAFOS

Datilógrafo "A"..... Cz\$ 2.564,67
Datilógrafo "B"..... Cz\$ 2.071,38

AGENTES DE SEGURANÇA

Agente de Seg. "A"..... Cz\$ 2.564,67
Agente de Seg. "B"..... Cz\$ 2.071,38

TELEFONISTAS

Telefonista "A"..... Cz\$ 2.564,67
Telefonista "B"..... Cz\$ 2.071,38

AUXILIARES DE PORTARIA

Auxiliar de Port. "A"..... Cz\$ 2.564,67

Auxiliar de Port. "B"..... Cz\$ 2.071,38

AGENTES ADMINISTRATIVOS

Agente Administrativo "A"..... Cz\$ 3.500,00

OPERADORES DE MICRO

Operador de Micro "A"..... Cz\$ 3.500,00
Operador de Micro "B"..... Cz\$ 2.866,00

Palácio XIX de Dezembro, em 01/08/86.

(aa) ANTÔNIO M. ANNIBELLI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO - 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA N. 120/86

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n. 466/85, ao funcionário JOAQUIM ROBERTO MUNHOZ DE MELLO, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 6385).

PORTARIA N. 121/86

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n. 466/85, ao funcionário ALBERTO CARAZZAI NETO, matrícula n. 093, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 6373).

PORTARIA N. 122/86

conceder a ALISON SILVEIRA, funcionária contratada deste Poder, licença-maternidade, de acordo com o Art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 08 de julho a 30 de setembro de 1986.

(Protoc. n. 6334).

Gabinete da Diretoria Geral, em 23/07/86.

(a) ÊNIO SANTÂNGELO MALHEIROS

Diretor Geral